

**AO JUÍZO DA VARA CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE
XXXXXXXXXX.**

PRIORIDADE DE TRAMITAÇÃO - IDOSO

Fulano de tal, nacionalidade, estado civil. profissão, portador do RG sob o nº XXXXXX XXX-XX, inscrito no CPF sob o nº XXXXXXXX, residente e domiciliado na XXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXX XXXXXXXX-XX, telefone (XX) XXXXXXXX ou (XX) XXXXXXXX – Fulana de tal (esposa), vem perante V.Ex^a através da ***Defensoria Pública do Distrito Federal***, ajuizar a presente:

AÇÃO DE COBRANÇA

em desfavor de **Fulano de tal**, nacionalidade, portador de RG nº XXXXXX XXX/XX, filho de Pai de tal e Mãe de tal, residente e domiciliado na XXXXXXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXXXX ou também podendo ser no endereço de sua mãe, saber: XXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXXXX, telefones (XX) XXXXXXXX ou XXXXXXXX, demais dados desconhecidos, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.

Preliminarmente, **o Requerente informa que é autônomo, trabalha em XXXXXXXX e percebe por em média por mês apenas R\$ XXXXX**, razão pela qual não dispõe de condições financeiras para arcar com o pagamento das custas e eventuais honorários de sucumbência sem prejuízo de seu sustento e de sua família, o que justifica seu pedido aos benefícios da gratuidade de justiça, não tendo como apresentar comprovante de renda, nos termos da previsão constante na Lei n. 1.050/60.

DOS FATOS

A presente ação refere-se aos pagamentos do IPTU do lote situado na XXXXXXXX, cuja cota parte da loja pertencente ao Requerente, situado no imóvel em questão, foi repassado ao Requerido para pagamento junto aos órgãos tributários do DF, não tendo este, porém, efetuado os pagamentos devidos.

Nesse sentido, no dia 10.07.2013, o Requerido entrou em contato com o Requerente informando de um acordo que teria realizado com a Secretaria de Fazenda do DF para quitar os débitos do IPTU referente aos anos de XXXX a XXXX, **do edifício situado na XXXXXXXXXXXXXXX, no qual o Requerente é titular dos direitos inerentes a loja XX, não tendo o requerido informado o valor total do débito tributário, mas somente que cada titular de loja/apartamento situado no edifício deveria contribuir com um percentual da dívida.**

Cabe se destacar que o imóvel supracitado possui várias lojas e apartamentos, não havendo o desmembramento em unidades individuais, **de forma que o IPTU é cobrado de toda a edificação, não se levando em conta a existência de fato de unidades de lojas e apartamentos no prédio, de forma que o IPTU fosse proporcional a cada unidade imobiliária.**

Desta forma, o Requerido somente informou o valor da

parcela que caberia a cada morador/proprietário do edifício, sendo que **ao Requerente caberia o pagamento de uma entrada** no valor R\$ XXXXX paga em XX.XX.XXXX, e as demais a serem depositados na conta do Requerido todo dia X de cada mês, saber: Banco Tal, Agência XXXX, Conta Corrente: XXXXXX, alguns depósitos foram feitos nesta conta e outros valores foram entregues em mãos, por muitas vezes o Requerido não entrega o recibo. (Comprovantes em anexo)

Assim, o Requerente efetuou os seguintes pagamentos a favor do Requerido:

TABELA COM DATAS E VALORES PAGOS AO REQUERIDO POR PARTE DO REQUERENTE	
DATA	VALOR
XX.XX.XXXX	R\$ XXXX,XX
XX.XX.XXXX	R\$ XXXX,XX
XX.XX.XXXX	R\$ XXXX,XX
XX.XX.XXXX	R\$ XXXX,XX
XX.XX.XXXX	R\$ XXXX,XX
XX.XX.XXXX	R\$ XXXX,XX
XX.XX.XXXX	R\$ XXXX,XX
XX.XX.XXXX	R\$ XXXX,XX
XX.XX.XXXX	R\$ XXXX,XX
XX.XX.XXXX	R\$ XXXX,XX
XX.XX.XXXX	R\$ XXXX,XX
XX.XX.XXXX	R\$ XXXX,XX
XX.XX.XXXX	R\$ XXXX,XX
XX.XX.XXXX	R\$ XXXX,XX
XX.XX.XXXX	R\$ XXXX,XX
XX.XX.XXXX	R\$ XXXX,XX

XX.XX.XXXX	R\$ XXXX,XX
XX.XX.XXXX	R\$ XXXX,XX
XX.XX.XXXX	R\$ XXXX,XX
XX.XX.XXXX	R\$ XXXX,XX
XX.XX.XXXX	R\$ XXXX,XX
VALOR TOTAL: XXXXXX,XX	
	R\$

Como se vê o Requete efetuou o depósito dos valores supracitados a favor do Requerido, que deveria proceder a quitação dos débitos tributários do edifício, no qual o Requerente possui um aloj. Porém, o Requerido nunca se quer apresentou qualquer documentação do acordo, nem comprovante de pagamento do acordo.

Porém, o Requerente tomou conhecimento de que os débitos tributários do imóvel no qual possui uma loja não foram quitados pelo Requerido, conforme documento anexo, demonstrando a apropriação para outros fins do valor que o Requerente depositou na conta bancária do Requerido, **fato que pode resultar em ações contra todos os possuidores de unidades no prédio.**

DOS DIREITOS

Temos que o direito ora buscado pelo Requerente se encontra assegurado em diversos diplomas normativos pátrios, em especial no repúdio pelo direito pátrio ao ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA, o que está ocorrendo na presente demanda.

Preleciona o artigo [186](#) do [Código Civil de 2002](#) que:

Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Latente que a ação voluntária da Ré violou direito e causou danos à Autora, o que por força do artigo [927](#) do [Código Civil de 2002](#) lhe acarreta o dever de indenizar a Autora. Vejamos:

Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

O não pagamento de tais valores, proporcionará a Ré que enriqueça ilicitamente às expensas da Autora, fato que, por força do artigo [884](#) do [Código Civil de 2002](#) é vedado pelo ordenamento jurídico brasileiro:

Art. 884. Aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita a atualização dos valores monetários.

DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer:

a) A concessão dos benefícios da gratuidade de justiça, nos termos do art. 98, do CPC;

A.1) A tramitação preferencial do feito, por se tratar o Requerente pessoa idosa, nos termos da legislação vigente;

b) A citação do Requerido, para comparecer a audiência de conciliação/mediação, considerando o interesse do Autor na sua realização (art. 319, VII, do CPC), e restando frustrada essa, que apresente resposta no prazo de X dias, sob pena de revelia;

b) Que a demanda seja julgada procedente para se declarar que o Requerente é credor do Requerido do valor de R\$ XXXXX, bem como, para se condenar o Requerido ao pagamento/ressarcimento a o Requerente do valor de R\$ XXXXXX (XXXXXXXXXX) a serem devidamente corrigidos;

e) a condenação do requerido ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios a serem revertidos ao PROJUR, que deverão ser depositados no Banco XXXX, Código do banco XXX, Agência XXX, conta XXXX, PROJUR.

Requer, ainda, provar os fatos por todos os meios legítimos e admitidos em direito.

Valor da causa: R\$ XXXXX

Nesses termos, pede deferimento.

XXXXXXXX, XX/XX/XXXX.

Fulano de tal
Requerente

Fulano de tal
Defensor Público

ROL DE TESTEMUNHAS

1-Fulano de tal, nacionalidade, estado civil, profissão, residente e domiciliado na XXXXXXXXXX, telefone (XX) XXXXXX;

2-Fulano de tal, nacionalidade, estado civil, profissão, residente e domiciliado na XXXXXXXXXX, telefone (XX) XXXXXX;

3-Fulano de tal, nacionalidade, estado civil, profissão, residente e domiciliado na XXXXXXXXXXXXX, telefone (XX) XXXXXX.